



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ata da 2ª Reunião Conjunta das Comissões realizada no dia 04 de março de 2026

Ao dia quatro de março de dois mil e vinte e seis, às 09h18 min, no Plenário da Câmara Municipal, logradouro à Rua Dr. José Alves, 129, Centro – Mogi Mirim/SP, realizou-se a 2ª Reunião Conjunta das Comissões, gravada e disponibilizada na página eletrônica Youtube, pelo canal oficial da Câmara Municipal.

Presidiu a reunião o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o vereador Wagner Ricardo Pereira.

Ato contínuo, dando início à reunião, o primeiro item da pauta foi o Projeto de Lei nº 17/2026 de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva que *“Revoga a Lei Municipal nº 4.665, de 14 de novembro de 2008, e dispõe sobre a retomada do imóvel público concedido à Associação dos Produtores Rurais da Região do Cachoeirinha”*.

As Comissões Permanentes em que irão tramitar o projeto são: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e Comissão de Finanças e Orçamento.

Estava presente o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o vereador Wagner Ricardo Pereira e o vereador Ademir Souza Floretti Junior.

Juntamente com os assessores representantes: Adriano, Daiane, Fábio, Gisele, Giovani, Marcelo e Mayella.

Foram convocados para participar da reunião e estiveram presentes o Sr. Alexandre Vitorino Moraes, representando a Secretaria de Desenvolvimento Rural, e os membros da Associação dos Produtores Rurais da Região do Cachoeirinha.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Iniciou a reunião com o vereador Wagner, dando uma breve introdução sobre o tema em discussão.

Na sequência, o Sr. Alexandre explicou que a ideia do projeto surgiu após a procura de um agricultor, que esteve em conversa com eles. Destacou que, a partir desse diálogo, verificaram que a área em questão vinha sendo utilizada para diversas finalidades.

O Sr. Marcos informou que é filho do Sr. Mário Rosseto, relata que o contato não foi formalizado por meio de notificação, tendo ocorrido apenas de maneira informal. Ressaltou que os membros da associação gostariam de dispor de mais tempo para dialogar e deliberar sobre a melhor alternativa para o local, solicitando a realização de uma reunião ampliada com os participantes da associação. Destacou ainda que seu pai não tinha conhecimento do projeto.

Mencionou que, no município de Mogi Guaçu, existem duas áreas semelhantes aquela em discussão, as quais, segundo ele, não estão sendo amplamente utilizadas. Questionou, ainda, a obrigatoriedade de doação das embalagens de agrotóxicos ao Posto de Recebimento de Embalagens Vazias de Insumos Agrícolas e Defensivos Agrícolas e solicitou que se aguarde o término da concessão vigente, prevista para o ano de 2028. Acrescentou que, embora a área aparente abandono, ela permanece sob os cuidados dos agricultores.

O Sr. Agostinho esclareceu que o plantio de soja realizado no local teve como finalidade exclusivamente a manutenção e limpeza da área, sem qualquer objetivo de obtenção de lucro.

A Sra. Ana Rosa, relatou que durante o período da pandemia, as atividades ficaram paralisadas e que, atualmente, a maioria dos participantes da associação é composta por pessoas idosas. Explicou que, nesse período, a associação teve suas atividades reduzidas. Avaliou que o projeto apresentado é de difícil execução a curto prazo, sobretudo em razão dos elevados custos envolvidos. Informou que há a intenção de envolver os filhos dos agricultores, com o objetivo de revitalizar a associação, contando também com o apoio dos membros mais antigos. Segundo ela, pretendem realizar a roçagem do campo, efetuar reparos estruturais e promover melhorias nas paredes e demais instalações, visando restabelecer o convívio social anteriormente existente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Reforçou o pedido para que lhes seja concedido mais tempo, a fim de reorganizar o espaço e destiná-lo ao uso dos agricultores.

Posteriormente, o vereador Wagner questionou o Sr. Alexandre acerca da forma como foi realizado o contato com a associação, indagando também quantos moradores residem na região e se haveria possibilidade compartilhamento da área.

O Sr. Alexandre respondeu que a situação da área não ocorreu de forma repentina, afirmando que o plantio realizado contraria o que foi estabelecido em lei. Destacou que o local é estratégico, especialmente por sua proximidade com a rodovia. Informou que não houve notificação formal, mas que o Sr. Marcos foi cientificado das informações. Ressaltou que, em nenhum momento, a Prefeitura foi procurada previamente pelos interessados, afirmando que a justificativa do Poder Público é a de zelar pelo patrimônio público. Informou, ainda, que a região compreende cerca de 50 propriedades, totalizando aproximadamente 400 pessoas residentes.

O assessor Giovani ressaltou que houve descaso na utilização do espaço público, destacando que o plantio de soja no local ocorreu sem a devida autorização. Acrescentou que o descumprimento da legislação anteriormente estabelecida poderia gerar impactos para a comunidade local, motivo pelo qual não seria recomendável a retirada do espaço destinado ao atendimento das necessidades da sociedade.

O Sr. Alexandre abordou a possibilidade de concessão de uso compartilhado entre a Associação dos Produtores Rurais da Região do Cachoeirinha e o Posto de Recebimento de Embalagens Vazias de Insumos e Defensivos Agrícolas. Explicou que, nesse modelo, cada uma das partes ficaria responsável pela área que lhe fosse destinada, utilizando-a para o desenvolvimento de suas respectivas atividades.

A assessora Mayella questionou se os moradores da região estavam cientes e se apoiavam a proposta de uso compartilhado da área. Em resposta, foi informado que a proposta ainda se encontra em fase de elaboração e estudo.

Ao final, o vereador Wagner reforçou a importância do projeto e demonstrou apoio ao tema.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Por fim, ficou definido o vereador Wagner Ricardo Pereira para ser o relator do Projeto de Lei nº17/2026.

O segundo e último item da pauta foi o Projeto de Lei nº 16/2026 de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva que *“Dispõe sobre a alteração de dispositivos das Leis Municipais nº 6.403/2022; 6.404/2022; 6.414/2022; 6.866/2025 e 6.896/2025, que dispõem sobre a criação do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda de Mogi Mirim, da instituição do seu fundo, e da concessão de benefícios e incentivos fiscais, respectivamente”*.

As Comissões Permanentes em que irão tramitar o projeto são: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais e Comissão de finanças e Orçamento.

Estava presente o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, o vereador Wagner Ricardo Pereira e o vereador Ademir Souza Floretti Junior.

Juntamente com os assessores representantes: Adriano, Daiane, Fábio, Gisele, Giovani, Marcelo e Mayella.

Foram convocados para participar da reunião e estiveram presentes o Sr. Massao Hito, representante da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação e o Sr. Oliveira Pereira da Costa, representando a Secretaria de Governo e Desenvolvimento Econômico.

Dando continuidade à reunião, o Sr. Massao relatou sobre a criação de novas secretarias, destacando que o projeto tem como objetivo aprimorar e adequar as leis municipais, de modo a mantê-las em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à instituição do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda de Mogi Mirim (CMTER-MM). Ressaltou ainda que, com essas alterações, as matérias anteriormente tratadas pela Secretaria de Governo passaram a ser de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação.

O Sr. Massao destacou que a Secretaria tem como objetivo promover e divulgar o município de Mogi Mirim no mercado de investimentos e de informação. Ressaltou, ainda, a importância da busca por capacitação e desenvolvimento dos jovens que ingressarão no mercado de trabalho, bem como a criação de novas oportunidades de emprego.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

O Sr. Oliveira ressaltou que, anteriormente, a Secretaria de Governo estava sob a condução do Sr. Massao, destacando que todas as leis foram aprovadas como de iniciativa dessa Secretaria. Informou, ainda, que, com a reestruturação administrativa, a Secretaria de Desenvolvimento e Inovação passou a dar continuidade às atividades anteriormente desenvolvidas pela Secretaria de Governo.

O vereador Wagner abordou a questão da falta de empregos, da baixa capacitação profissional e da necessidade de maior engajamento da nova comunidade de trabalho, fatores que, segundo ele, têm impactado diretamente na qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, nas empresas. Diante disso, questionou quais seriam os planos do Poder Executivo para promover a qualificação da mão de obra. Em resposta, o Sr. Massao informou que estão sendo buscadas novas formas de capacitação e aprimoramento profissional, contando também com o apoio da Secretaria de Educação, com o objetivo de incentivar e preparar as futuras gerações.

Por fim, ficou definido o vereador Wilians Mendes de Oliveira para ser o relator do Projeto de Lei nº16/2026.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:50 min, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo vereador Wagner Ricardo Pereira, Presidente da Comissão de Justiça e Redação.

Disponível para assistir na íntegra:

<https://www.youtube.com/watch?v=m21IaLbVTaI>

Responsáveis pela Ata:

Isabella Rissi Raimundo, estagiária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Júlia Marques Barboza, estagiária da Comissão de Justiça e Redação.

Mogi Mirim, 06 de março de 2026.

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA
Presidente da Comissão de Justiça e Redação